

I N F O R M E
CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • nº 63 • Julho 1994

Plano Estratégico: uma luta pela cidadania

O economista Carlos Lessa, diretor do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, fala em entrevista para o Informe o que é o Plano e quais as suas expectativas sobre ele. A palavra de ordem é descobrir o amor à cidade do Rio e, com isso, lutar pela volta de seu desenvolvimento.

Páginas 6 a 8



Um mês do Plano Real

Página 9

Projeções Qualificadas

Página 11

Em discussão o meio ambiente no Brasil

Página 4

Um mês após a implantação da nova moeda, os economistas, que direta ou indiretamente se manifestaram neste boletim sobre o Plano Real, demonstraram a impossibilidade de fazer, neste momento, qualquer diagnóstico mais definitivo sobre os seus desdobramentos e conseqüências. As principais questões recaem, de um lado, sobre a possibilidade de manutenção da paridade cambial, de outro na consistência fiscal e monetária, uma vez que a manutenção de taxas de juros altas é inconsistente com o equilíbrio orçamentário a longo prazo.

Outro tema em pauta este mês no Informe é o futuro do Rio. A população carioca há muito sente a decadência da economia do Estado e a degradação social. Torna-se, portanto, um desafio repensar e definir regionalmente ações para o desenvolvimento

urbano, através de um amplo entendimento de sua cidadania.

O conselheiro Carlos Lessa, diretor do Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro, em entrevista ao boletim dos economistas, argumenta que "o Plano deve ser entendido como um conjunto de projetos e processos reformadores de tendências positivas da cidade ou revisores de desequilíbrios, pactuados entre o setor público e a sociedade civil". Este pacto começa com a cooperação público-privada e objetiva o aprofundamento do verdadeiro exercício da cidadania.

Nesse sentido, o plano não deve se restringir a um documento, e sim se constituir num processo de fortalecimento da prática da administração participativa, buscando uma aliança em defesa dos interesses da cidade.

A importância de sistematizar experiências bem sucedidas

desenvolvidas em diversas áreas, como forma de apresentar novas propostas de melhoria para o Rio, bem como inovar em relação aos padrões clássicos de planejamento, torna-se oportuna neste período, em que os partidos, com ênfase variável, incluem em esses dilemas e problemas em seu menu eleitoral.

No artigo "Caroneiros, oportunistas e predadores" os conhecimentos da nova Economia Institucional mostram-se de grande importância para o momento político que o país atravessa, diante de um quadro em que as instituições tradicionais têm sido criticadas.

Após pouco mais de um ano da Eco 92, o Informe procurou dois especialistas da área de meio ambiente para saber como a discussão da ecologia está avançando no Brasil e acabou por descobrir aspectos econômicos interessantes a respeito do tema.

NOTAS

XXI ENECO

O XXI ENECO - Encontro Nacional dos Estudantes de Economia - discute o tema Estado e Economia no Contexto da Globalização e da Terceira Revolução Industrial entre os dias 8 e 12 de agosto na Univers. Federal de Viçosa-MG. Os objetivos do Encontro, promovido pela UFV e pela Executive Nacional dos Estudantes de Economia, são enfatizar os aspectos científicos e culturais do curso, proporcionar o aprimoramento acadêmico e a integração com a sociedade. Informações pelo telefone: (031) 899-2455.

ATENÇÃO

RECADASTRAMENTO

Solicitamos que os economistas inscritos no CORECON-RJ façam seu **recadastramento**, pois surgiram problemas na informatização. É possível que nossos dados estejam equivocados. Contato: (021) 224-0578.

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

O Valor Referencial de Honorários (VRH) está fixado em **R\$ 0,50** (cinquenta centavos de real) para o mês de julho.

5º PRÊMIO DE MONOGRAFIA DO CORECON

Vem aí o 5º Prêmio de Monografia Conselho Regional de Economia. As inscrições serão abertas em setembro, e o CORECON divulgará brevemente todas as informações e prazos.

ELEIÇÕES 1994

Conforme divulgamos no último Jornal das entidades dos economistas do RJ, estamos dedicando espaço para que os economistas, candidatos ao Congresso Nacional e Assembleia Legislativa Estadual publiquem uma pequena sinopse de sua trajetória e proposta. O prazo de entrega do material será até 15 de agosto. Para maiores informações solicitamos contactar a secretaria do CORECON-RJ.

ERRATA - PUC/RJ

Título: Crescimento da Produtividade Total...
Orientador: Gustavo Maurício Gonzaga.
Título: A Inflação Incerta...
Orientador: Dionísio Dias Carneiro

ELEIÇÕES NO CORECON

Para renovação de um terço dos seus conselheiros, o CORECON-RJ realizará eleições no dia 26 de outubro. Os prazos para inscrição das chapas e os locais de votação constarão do edital que será publicado no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação no dia 10 deste mês. Os candidatos terão até o dia 9 de setembro para apresentarem suas chapas.

CORECON

Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

Presidente: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro

Vice-Presidente: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselheiros Efetivos: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Adhemar dos Santos Mineiro, Carlos Francisco T. M. R. Lessa, José Roberto Correia Soeiro, Maria José Cyhlar Monteiro, Maurício Buzanovsky, Ronaldo Raemy Rangel, Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiros Suplentes: Alexandre Baptista Freire, Carlos Aguiar de Medeiros, Eduardo Luiz de Mendonça, Luiz Carlos Pires de Araújo, Paulo Sérgio Souto, Renato Augusto da Matta, Renato Luiz Mello de Oliveira, Sandra Maria Carvalho de Souza
Secretaria Executiva: Duvit Regis Kirschbaum
Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro
Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49
Tel. (0247) 23-833

INFORME CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielshowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel (021) 262-2832 - Tel/Fax (021) 262-7076
Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT-14109)
Editora Assistente: Malu Machado
Reportagens: Malu Machado

Estagiária de jornalismo: Daniela Lessa
Fotografias: Wânia Corredo
Ilustrações: Zope
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca
Tel (021) 222-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Comunicação Integrada - Tel (021) 224-1366
Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

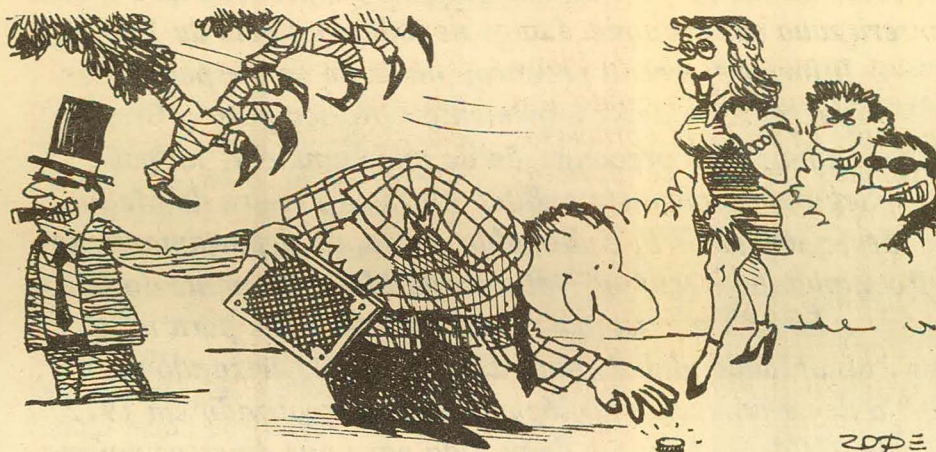
Caroneiros, oportunistas e predadores

Hélio Portocarrero*

A nova Economia Institucional é um campo praticamente desconhecido no rol de ferramentas do economista profissional brasileiro.

Mesmo no mundo acadêmico - as escolas de Economia ou as de Administração -, ela tem tido pouca penetração, embora tenha extensas interseções com a Teoria das Organizações. No entanto, os conhecimentos sistematizados nesse campo relativamente novo da Economia revelam-se de particular importância para o momento político brasileiro, quando instituições tradicionais e seus formatos têm sido criticados e tantas propostas surgem para a reorganização do Estado e da legislação econômica e social.

A nova economia institucional é chamada **nova** em contraste com a **velha**, a escola dos primeiros economistas institucionalistas, como Veblen e Mitchell, que enfatizavam a importância da compreensão do funcionamento das instituições para a entendimento do sistema econômico. Esta escola teve dificuldade de ser assimilada na tradição estabelecida, a economia neoclássica e suas ramificações, como a teoria econômica do socialismo de Lange e Lerner, em virtude da enorme dificuldade de formalização de suas proposições. O pensamento institucional parecia não se prestar a construções analíticas. A nova escola a que nos referimos mantém a preocupação dos primeiros institucionalistas com a singularidade das instituições, mas procura construir conceitos mais rigorosos e identificar mecanismos claros. Embora não satisfaça ainda a demanda pela formalização e pelo teste empírico de um economista típico ou de um teórico puro, muito se tem avançado em direção à identificação de problemas e formas de abordá-los, e que acenam com instrumentos de conteúdo social concreto, em uma época em que a teoria parece tender à construção de uma nova escolástica. Alguns atribuem as origens da nova escola aos artigos de Coase, que introduziram o conceito de custo de transação, mas, de fato, houve a conjugação de várias linhagens de estudos, entre eles os de Alchian e Demsetz sobre direitos de propriedade, os de Buchanan e Tullock sobre escolha pública, os de Stigler sobre regulação, os de Williamson sobre a dualidade entre hierarquias e mercados, os de Stiglitz, Arrow,



Fama e outros, sobre o problema da relação **principal-agent** (expressão para a qual ainda não há tradução adequada em português), ou os de Olson sobre a ação coletiva. No campo da História Econômica, os conceitos da economia institucional têm sido utilizados com maestria por Douglass North, em estudos sobre os efeitos da forma das instituições sobre o desenvolvimento das nações.

Três conceitos simples podem prover um lampejo do que faz a economia institucional e, ao mesmo tempo, ajudar a sistematizar certas atitudes sociais de especial relevância: caroneiros, oportunistas e predadores. Caroneiros são aqueles agentes que se beneficiam da ação de outros agentes, sem participar do custo ou esforço envolvido. Sua presença é inibidora da ação coletiva e do provimento de bens públicos para uma comunidade. Por exemplo, pode ser conveniente para uma coletividade de trabalhadores, em certa ocasião, entrar em greve por melhor remuneração. A ação só será eficaz se for seguida ao menos por uma maioria significativa. No entanto, o trabalhador que continue a trabalhar individualmente não sofrerá as inconveniências da greve e será de todo modo beneficiado por seu sucesso - será um **caroneiro** se isso suceder. Se a atitude do caroneiro predomina, contudo, a ação coletiva estará condenada ao fracasso. Da mesma forma, o indivíduo que não paga seus impostos se beneficia da ação do estado no provimento de bens coletivos. É por essa razão que os impostos são obrigatórios, que a tolerância com a atividade econômica informal é condenável, e que instituições como a previdência social têm que ser compulsórias. E todas as instituições que provêm bens coletivos a seus participantes têm que encontrar formatos estatutários que garantam a participação coleti-

va, às vezes provendo conjuntamente bens individuais, em outras, exercendo o poder de exclusão. A preocupação de evitar o caronismo é essencial para o sucesso de uma instituição coletiva. É difícil chegar a exclusão total, a ética individual assumindo um papel de particular importância na determinação de atitudes quanto à responsabilidade coletiva e solidária. Suas implicações para a eficiência econômica não podem ser subestimadas de nenhum modo, já que boa parte dos bens consumidos em uma sociedade são de natureza coletiva, para comunidades menores ou para as mais amplas. Aliás, é para isso que existem sociedades.

Oportunistas são os agentes que procuram obter vantagens nos termos de contratos em que estão envolvidos em virtude de uma posição inicial de privilégio, em geral no que se refere ao acesso à informação. A ação continuada de oportunistas inibe a continuidade de pactos contratuais em que seus parceiros são sistematicamente prejudicados, podendo levar à extinção de certos mercados. É por isso que as legislações de mercados de capitais mantêm as regulamentações especiais sobre o **insider trading** e as proibições de manipulações de mercado, apesar das dificuldades freqüentes de sua implementação. Também as exigências de transparência em várias atividades, e muito especialmente no mercado de capitais, é motivada pela tentativa de evitar a assimetria de informação. O oportunismo é um tipo de atitude social negativa particularmente facilitado em processos inflacionários. De fato, a rápida deterioração do poder aquisitivo da moeda conduz a uma situação em que o custo de procurar informação sobre preços se torna muito alto para o consumidor. É o que produz a enorme variabilidade de preços da

mesma mercadoria, sem razão aparente no que se refere aos seus custos. Naturalmente, em situações de inflação continuada, a facilidade com que atitudes oportunistas podem ser bem sucedidas reforça o próprio processo inflacionário. Fica para a reflexão do leitor a questão: serão os brasileiros tão diferentes de outros povos quanto às atitudes oportunistas, ou será o caldo de cultura inflacionária o que na realidade causa essa impressão hoje em dia tão popularizada?

Predadores são agentes que dedicam seu esforço a apoderar-se daquilo que, por direito, deveria ser alocado para outros. O exemplo mais evidente e teoricamente menos interessante é o roubo puro e simples. Mas há vários casos em que a ação pode não ofender a legalidade, sendo, no entanto, de natureza predatória. Predadores podem surgir em virtude de direitos mal definidos ou difíceis institucionalmente de assegurar; podem afetar todo tipo de empresa, pública ou privada. Caso simples é o dos executivos que assumem total controle de uma empresa com propriedade muito diluída e que buscam transferir ganhos para seu patrimônio privado. Presas consideradas fáceis para predadores são entidades sem fim lucrativo, cujo controle social apresenta inúmeras dificuldades; também as empresas públicas, onde o controle do aparato de governo é freqüentemente falho ou mesmo conivente, ensejando relações contratuais exploratórias. A forma de evitar o predador será de permitir que a empresa desenvolva algum equipamento de defesa. O modo mais comum de um agente retirar-se de uma relação de mercado é por defecção: insatisfeito com a administração, o acionista vende suas ações, o que permite uma forma de resistência, o **take-over** da empresa por um grupo que tenha condições de estabelecer controle. Naturalmente isto não se aplica à empresa pública. Em entidades em que o direito de saída é muito inibido, é preciso pôr em evidência o direito de voz e estabelecer condições para que seja efetivamente exercido.

Caroneiros, oportunistas e predadores: três conceitos à disposição do analista econômico...

* Presidente do CORECON-RJ e diretor da RIOARTE.

De Estocolmo até a Rio 92

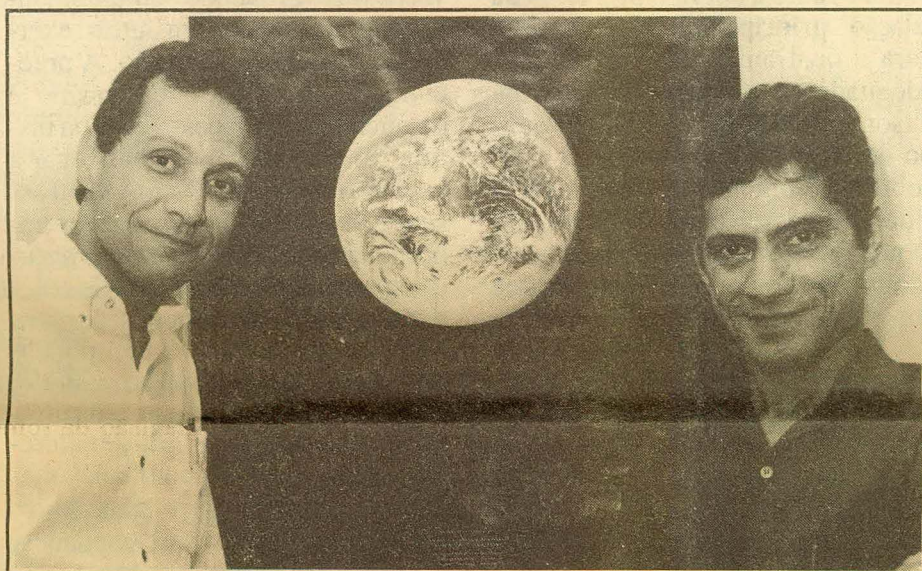
No Brasil, a preocupação com o meio ambiente surgiu a partir de 1973, um ano depois de Estocolmo, por iniciativa da administração Médici. É o que afirma Marcelo Pereira, para quem essa preocupação só aconteceu por força de uma política internacional. Antes disso, o país tinha leis de regulamentação das águas e código florestal, e algumas pessoas, como José Bonifácio, já condenavam a prática da queimada e o mau reaproveitamento do solo brasileiro para a agricultura. Mas o que não existia até então era uma proposta de integrar desenvolvimento e preservação ambiental. Fritjof Capra, um dos autores pioneiros a abordar a questão ecológica, faz uma crítica na origem da teoria econômica pela falta de preocupação com o problema da natureza. "Depois de 1973, não só o Brasil, mas todos os países em desenvolvimento são forçados a criar uma política nacional de meio ambiente, devido à pressão de governos estrangeiros, resultado da Conferência de Estocolmo, que foi a primeira reunião de cúpula entre países para tratar da questão ambiental", explica o professor da UFF.

Para Marcelo Pereira, essa política poucos frutos rendeu ao movimento ambientalista do país, uma vez que era definida de cima para baixo, separada de uma consciência social. Os grupos ecológicos da época eram pequenos e inexpressivos e seus dirigentes, mais utópicos. Com exceção da AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção Ambiental -, que começou a combater o uso de agrotóxicos na agricultura, tendo que enfrentar os interesses das indústrias petroquímicas, e acabou se tornando um marco da organização popular dentro do movimento ambientalista no Brasil.

Hoje, existem mais de mil grupos ecológicos no país, além do aparecimento de entidades oficiais como o Conama e o Ibama. O Ibama surge de pressões de organismos não-governamentais externos, já em um período de rompimento com o regime militar. A partir disso, a política de meio ambiente nacional começa a deixar de ser retórica e formal para se tornar fruto dos conflitos existentes na sociedade com os problemas ambientais. É quando a legislação ganha esse terreno regulatório, favo-

Há dois anos, durante o mês de junho, o mundo tinha seus olhos voltados para o Rio de Janeiro e a preocupação global era uma só: ecologia. Longe de toda a euforia da Eco 92, o Informe Corecon procurou ouvir de dois especialistas o que resultou desse movimento histórico para o Brasil e como está a preocupação do meio ambiente no país.

Segundo o cientista político Marcelo Pereira de Mello, professor da UFF, e Ronaldo Serôa, do departamento de Economia de Recursos Naturais do Meio Ambiente do IPEA, a Eco 92 não trouxe resultados concretos para uma comunidade global como deveria trazer, deixando muito a dever ao evento ecológico anterior, realizado em 1972 em Estocolmo, ponto de partida para que diversos países traçassem as diretrizes de suas legislações ambientais.



Serôa e Marcelo Pereira, certeza de que ainda há muito a fazer.

recendo uns e prejudicando outros, numa discussão saudável, diz Pereira.

Segundo ele, de tal modo a problemática ambiental tem ocupado a consciência das pessoas, que as reivindicações à proteção do ambiente natural e ao combate à poluição, colocadas, a princípio, apenas pelos movimentos ecológicos organizados, alcançaram uma importância fundamental na constituição das regras básicas da convivência social, e passaram a ocupar um lugar de destaque dentre os atributos contemporâneos da cidadania.

Foi pensando nisso que o IPEA montou há quinze anos seu departamento de Economia de Recursos Naturais do Meio Ambiente, que estuda de que forma a sociedade possa mensurar o uso desses recursos. "O uso do meio ambiente não é normalmente valorado a preços de mercado; não são imputados nas contas nacionais valores para a utilização, exaustão ou degradação dos recur-

sos naturais", explica Ronaldo Serôa. Em outras palavras, desgastar o meio ambiente, poluir, acabar com recursos naturais são atos que a sociedade pratica impunemente. Descobrir qual a melhor maneira de manter o desenvolvimento industrial, com o menor grau de degradação da natureza, é o grande desafio. A idéia é corrigir toda a externalidade, dando um preço aos recursos naturais. Essas e outras questões têm avançado nas discussões sobre o meio ambiente no Brasil e no mundo. E a preocupação coletiva com os rumos do planeta levaram à realização da Eco 92, no Rio.

Para Marcelo Pereira, do ponto de vista regulatório, a Eco 92 foi um verdadeiro fracasso. Não conseguiu-se fazer nenhum acordo concreto. Os tratados que conseguiram ser fechados naquela ocasião acabaram por ser uma pálida sombra do objetivo inicial do encontro. Em termos de resultados, Estocolmo foi muito mais importante, criando campo para se

organizar uma legislação ambiental na maioria dos países. "Só isso já seria um grande feito de 1972. Mas Estocolmo também se destacou pela participação da sociedade civil. Desta vez o discurso foi profissionalizado. No Fórum Global os temas foram os mesmos da organização civil e tratados com a mesma superficialidade. Todas as delegações tinham discurso pronto, sem que houvesse integração entre eles, afirma Pereira."

Serôa vê a popularidade que a ECO 92 deu ao tema ecologia de duas formas: de um lado, tira-se o estigma de que quem fala sobre meio ambiente está em busca apenas de projeção pessoal. Por outro, a exaustão do assunto acabou por banalizá-lo. Outro ponto que preocupa o economista é como as questões do meio ambiente passaram a ser tratadas de maneira sensacionalista pela sociedade, tanto por desinformação, como por interesse econômico. "O comércio em volta da ecologia cresceu. Começou-se a ouvir coisas sem sentido, como chamar a Amazônia de "pulmão do mundo". O oxigênio produzido pela floresta é consumido por ela. O planeta não tem mais ou menos oxigênio por causa dela. O desmatamento da Amazônia influencia, sim, no clima da Terra e na camada de Ozônio".

A funcionalidade do Fundo 21 (fundo para países pobres que serviria à realização de projetos ambientais) também foi debatida pelos dois especialistas. "Se o governo francês der 1% do seu PIB para a despoluição do rio Paraíba do Sul, ele irá querer saber quem vai realizar a obra, de que maneira e em quanto tempo. Nenhum país colocará dinheiro em um fundo desses, sem ter o controle de como ele será aplicado realmente", analisa Serôa.

Na opinião de Marcelo Pereira, quando a questão ambiental explode no mundo, aparecem inúmeras teorias "malucas", enfatizando a premência de se tomarem medidas planetárias. Para ele, hoje, o campo ambiental está mais definido, com o Estado tratando o meio ambiente como uma política de governo, as universidades estudando o tema dentro de seus departamentos. "Há uma certa desmistificação, que está fazendo com que as pessoas tratem o assunto de uma forma mais madura", diz. "Mas, ainda existem muitas questões a serem avançadas.

A face REAL da 3ª fase

Economistas do GIEPE*

A Medida Provisória 542 que instituiu a nova moeda, o real, é uma mudança de rota em relação ao que fora anunciado pela equipe econômica. Em meados de 1993, ainda na fase de elaboração do Plano FHC (hoje chamado de Real), os principais assessores do então Ministro Fernando Henrique Cardoso afirmavam que o plano de estabilização teria dois pilares. As contas públicas deveriam ser equilibradas e a moeda nacional seria ancorada em uma moeda forte, estável. As duas primeiras fases do Plano foram coerentes com os objetivos originais. A primeira etapa estabeleceu uma série de medidas no campo fiscal, entre as quais se destaca a criação do FSE (Fundo Social de Emergência). A fase intermediária buscou estimular um processo de dolarização da economia com a utilização do artifício da URV. Foi uma fase preparatória. Na terceira fase, onde a economia sofreria uma profunda transformação, haveria um verdadeiro transplante monetário. Seria introduzida uma nova moeda - com as propriedades de estabilidade do dólar - no lugar da moeda fraca, agonizante, o cruzeiro real.

Esperava-se, portanto, que a terceira etapa criasse uma moeda com paridade fixa em relação ao dólar. Ademais, o real seria lastreado nas reservas internacionais de tal forma que a sua emissão durante a fase de estabilização (quase que) não dependeria de decisões governamentais discricionárias. Aguardava-se, efetivamente, a adoção de uma âncora cambial. Entretanto, a medida Provisória 542, do dia 30 de junho, contrariou estas expectativas. O câmbio não está fixo. E o lastro do real é somente um elemento de ação psicológica, não um instrumento monetário efetivo. Além disso, a conversibilidade plena, defendida por alguns economistas, foi desde a segunda etapa do Plano descartada pela equipe governamental.

Com uma taxa de câmbio fluando dentro de uma faixa cujo limite superior é 1 real, torna-se mais

difícil transferir à moeda nacional a confiança depositada pelo público no dólar. As duas moedas são substitutos não-próximos, portanto, imperfeitos. O preço do dólar dependerá das condições correntes do mercado do câmbio. Em consequência, desvalorizações cambiais serão provavelmente percebidas pelo público como perda de valor do real. Por exemplo, quando o preço do dólar subir de R\$ 0,92 para R\$ 1,00 isto será percebido como desvalorização do real. Portanto, estabilização do valor da moeda nacional e câmbio parcialmente flutuante (sistema de bandas) são, em princípio, caminhos de difícil compatibilização. Lançar uma âncora cambial exigiria o estabelecimento de uma paridade fixa entre o real e o dólar, ou seja, uma taxa de câmbio única. Assim, as duas moedas seriam substitutos aproximadamente perfeitos. Neste sentido, a âncora cambial no Plano Real é "problemática", seja porque o câmbio fixo não existe na prática, seja porque o lastro sem conversibilidade não tem poder efetivo.

As principais medidas da terceira fase foram simplesmente a criação do real e o estabelecimento de regras de expansão monetária. E, dado que não se conhece antecipadamente qual será o grau de remonetização da economia (isto é, qual será a demanda por moeda do público em contexto de reduzida inflação), os números que foram fixados para a expansão da quantidade de moeda são necessariamente aleatórios. Não sabemos, com clareza, se as metas poderão causar um aperto, elevando as taxas de juros, ou se estas metas são excessivamente frouxas, portanto, inócuas.

É impossível prever qual será a demanda futura por moeda. Isto porque parte dos recursos hoje aplicados em fundos remunerados são, na realidade, saldos transacionais. Tais recursos, no quadro de inflação baixa, deverão ser remonetizados, voltando à forma de depósitos à vista e papel moeda. Como não se sabe qual vai ser a magnitude e a intensidade deste processo, é muito difícil determinar

Zeragem automática de mercado

A chamada "zeragem automática de mercado" é o mecanismo pelo qual o Banco Central (Bacen) zera as posições credoras e devedoras das carteiras de títulos dos bancos. Através deste mecanismo, o Bacen recompra títulos públicos quando o sistema bancário não tem recursos suficientes para atender suas necessidades de liquidez/reservas. Diz-se, então, que o Bacen está *oversold*. E vende títulos quando os bancos estão com excesso de liquidez, de forma a evitar uma queda significativa da taxa de juros. Nesta situação, o Bacen está *undersold*.

Este instrumento foi criado com o intuito de permitir ao governo, num contexto de alta inflação e de profundo desequilíbrio financeiro do setor público, se financiar via títulos públicos. Ademais, a operacionalização do mecanismo de zeragem automática, objetivado nas posições *oversold* e *undersold*, garante um controle quase absoluto do Bacen sobre a taxa de juros. Em contrapartida, o governo fornece aos bancos excelentes condições de mercado, garantindo-lhes liquidez barata e automática, tornando a oferta de moeda plenamente endógena.

com exatidão a dimensão da remonetização nos próximos meses.

Após o conhecimento do desenho completo do plano de estabilização, pode-se afirmar que o seu sucesso depende exclusivamente de dois pontos. Primeiro, de uma firme ação governamental, ou seja, da capacidade do governo de organizar as finanças públicas e de controlar canais privados de introdução da liquidez na economia, eliminando em particular, o mecanismo de zeragem automática de mercado. E em segundo lugar, depende de que brote simultaneamente no público uma confiança espontânea na nova moeda. Em suma, sem âncoras efetivas, o processo de estabilização depende da força política do governo para conduzir a economia e da espontaneidade do público em formar expectativas favoráveis e duradouras. Agora, o futuro da economia está submetido exclusivamente às variações comportamentais dos agentes sociais: o governo, os empresários e os trabalhadores.

Seria precipitado anunciar a morte de mais um plano de estabilização. Por outro lado, a vitória também não pode ser comemorada. Uma única certeza existe: a taxa de inflação dos próximos meses será bastante reduzida. A despeito da ação do Plano

Real - ou de qualquer outro plano - quando saímos de uma economia em alta inflação, completamente indexada, para uma situação de estabilização, totalmente desindexada, a simples troca de moeda abre a possibilidade da existência de uma inflação unicamente próxima da taxa de aceleração da inflação que existia no contexto anterior. Portanto, o sucesso inicial e parcial de qualquer reforma monetária estabilizadora é quase que inevitável. Deste modo, as chances do Plano Real residem exatamente nos seus primeiros meses. Neste período de "calmaria", o governo poderá implementar uma fase IV para o Plano. Poderá adotar medidas rigorosas para pôr fim à zeragem automática. Neste espaço de tempo, apesar da inexistência de âncoras, o público poderá firmar espontaneamente expectativas positivas e duradouras em relação ao real. São nestas chances que os Economistas do GIEPE apostam!

* GIEPE - Grupo Interdisciplinar de Estudos Políticos e Econômicos do Conjunto Universitário Candido Mendes. Economistas: João Sicsú, Luiz Fernando Rodrigues, Luiz Henrique Bahia, Paula M. Sarno, Renaut Michel, Rogério Sobreira e Ronaldo Rangel.

Qual a estratégia par

Nunca o carioca debateu o Rio de Janeiro como agora. Em todos os cantos defender o Ri tornou-se bandeira à sucessão presidencial: indo ao Rio, debatam os problemas da cidade. Parece que o carioca chegou ao seu limite

Buscando o embasamento na bem sucedida realização do Plano Estratégico de Barcelona, a Associação Comercial conseguem, junto à sociedade, traçar o futuro da cidade. O Rio já teve muito clara a sua identidade e vocação em se é um processo de despertar do cidadão carioca. O economista Carlos Lessa, diretor executivo do Plano Estratégico suas expectativas com relação às potencialidades do Rio e de como mobilizar os moradores para a realização d quanto ao seu papel na economia nacional. E apostam: a cidade precisa

CORECON: Por que, de repente, os dirigentes das principais cidades do mundo começaram a se preocupar com a formação de um Plano Estratégico?

Lessa: Há algum tempo começou a surgir no hemisfério Norte a idéia de cada cidade definir o seu futuro. A garantia de alcançar essa meta seria determinado pelo grau de coesão que a sua cidadania pudesse construir em relação a esse futuro. A metodologia do Plano Estratégico brotou simultaneamente em várias cidades. Mas a que teve maior destaque foi Barcelona. No final dos anos 70, Barcelona era uma cidade industrial envelhecida. Hoje ela se situa no ranking mundial como uma cidade muito dinâmica. E muito desse êxito é atribuído à implantação do Plano Estratégico.

CORECON: Como foi que surgiu o pensamento de trazer o Plano Estratégico para o Rio?

Lessa: No ano de 1983, os principais executivos da experiência de Barcelona fizeram na cidade o "Seminário de Estratégias Urbanas Rio-Barcelona", o que motivou a Associação Comercial e a Federação das Indústrias a buscarem a repetição da experiência na cidade. A Prefeitura entrou como parceiro dentro da operação e, em 22 de novembro do ano passado, foi assinado um Acordo de Cooperação entre a Associação Comercial, a Firjan e a Prefeitura. Nesta época eu assumi como diretor executivo do projeto. Em maio desse ano, foi contratada a tecnologia do grupo catalão. A cidade do Rio de Janeiro é a primeira do hemisfério Sul que tenta implantar seu Plano Estratégico.

CORECON: O que é fazer um Plano Estratégico?

Lessa: É fazer um plano da cidade para a cidadania. Não é um plano de governo limitado em um mandato apenas. Todo o grupo do Plano Estratégico está há um semestre mergulhado em questões sobre o Rio de Janeiro, fazendo entrevistas com

lideranças da cidade. São ex-prefeitos, lideranças de bairros, vereadores, lideranças sindicalistas, intelectuais, lideranças religiosas, industriais, etc. Agora o grupo já amadureceu algumas questões para entender o Rio. O que se busca é um consenso, junto aos cidadãos, sobre projetos concretos - sejam privados ou públicos - que lancem a trajetória da cidade para um futuro desejado e possível.

CORECON: Como se divide as etapas do Plano?

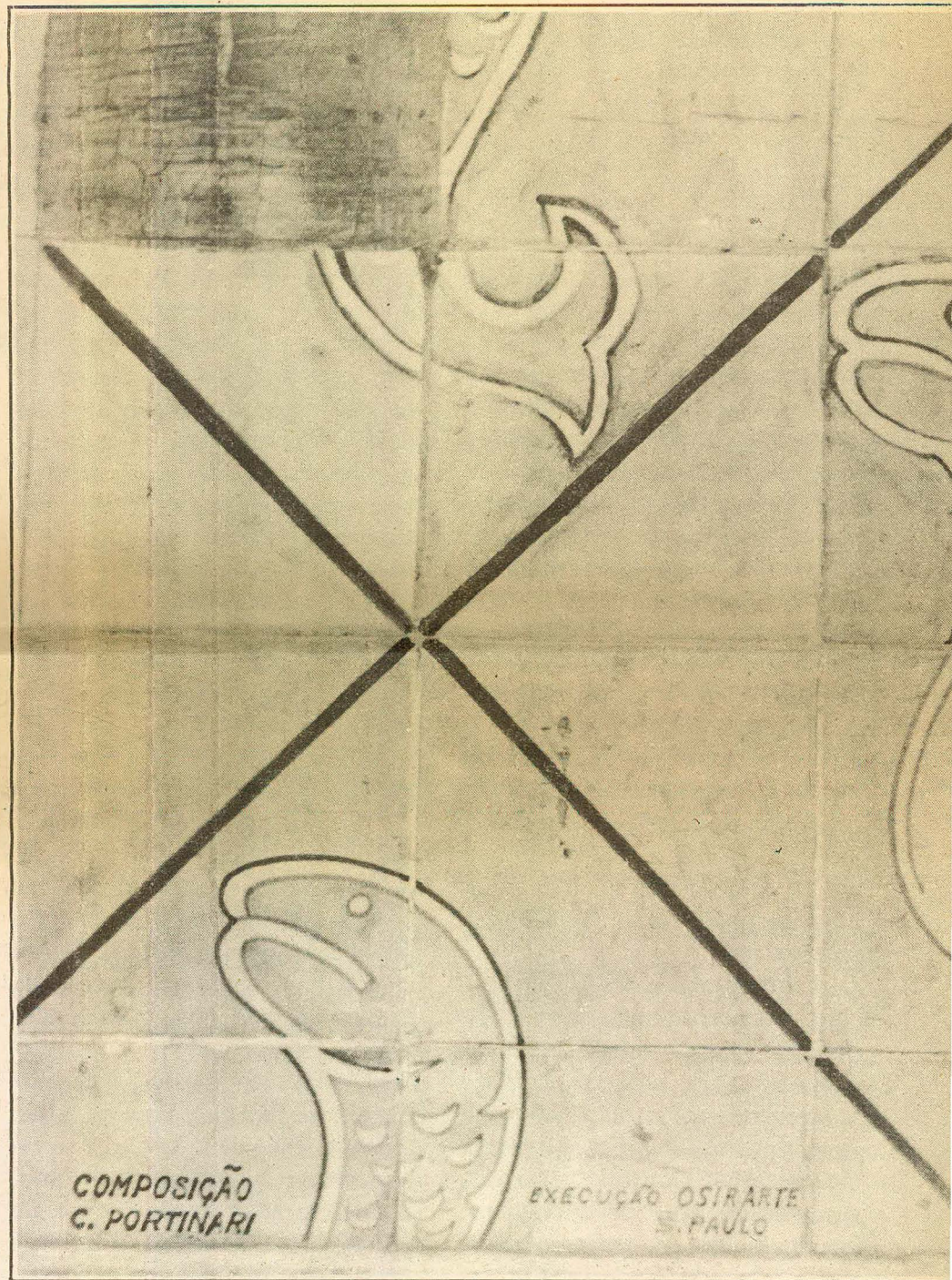
Lessa: Em quatro fases. A primeira é a de organizar a colaboração da sociedade, buscando o apoio das iniciativas pública e privada. Isso de maneira a dividir responsabilidades, levantando-se informações iniciais, entrevistas com setores-chaves e elaboração do Plano de Comunicação, ou seja, o marketing. A fase dois é de análise interna, com estudos especiais pelos técnicos, organização de grupos de trabalho. A terceira fase busca a elaboração de objetivos, critérios e projetos. A última fase visa a elaboração do Plano e sua apresentação.

CORECON: Quais as dificuldades de se fazer um Plano Estratégico no Rio de Janeiro?

Lessa: Em comparação com as cidades onde o Plano já foi implantado são muitas. Para começar, o Rio de Janeiro é a maior de todas as metrópoles em que o Plano estratégico foi procurado como alternativa; é também a cidade mais heterogênea, do ponto de vista social; e, pior, é uma cidade de fraca consciência de cidadania. Os cariocas tem o seu olhar voltado para o país e o mundo e pouco para sua cidade, o que é uma preliminar desfavorável. Por outro lado, o Rio tem a seu favor ser objeto de paixão de seus moradores.

CORECON: Então, o Plano deverá levar aos cidadãos o conhecimento dos problemas da cidade?

Lessa: E para isso é importante que lideranças e entidades, como a



Detalhe do painel de azulejos de Portinari, Prédio do Mec no Centro do

dos economistas, tenham uma certa atenção com a cidade. É o tipo de postura que esperamos que se reproduza. Está em processo de elaboração um modelo de cidade que subsidiará as discussões dos grupos de trabalho e um texto de reflexões sobre o Rio com informações objetivas sobre a cidade. Seminários, fóruns de debates e encontros técnicos irão definir as bases do Plano Estratégico, que hoje mobiliza mais de 120

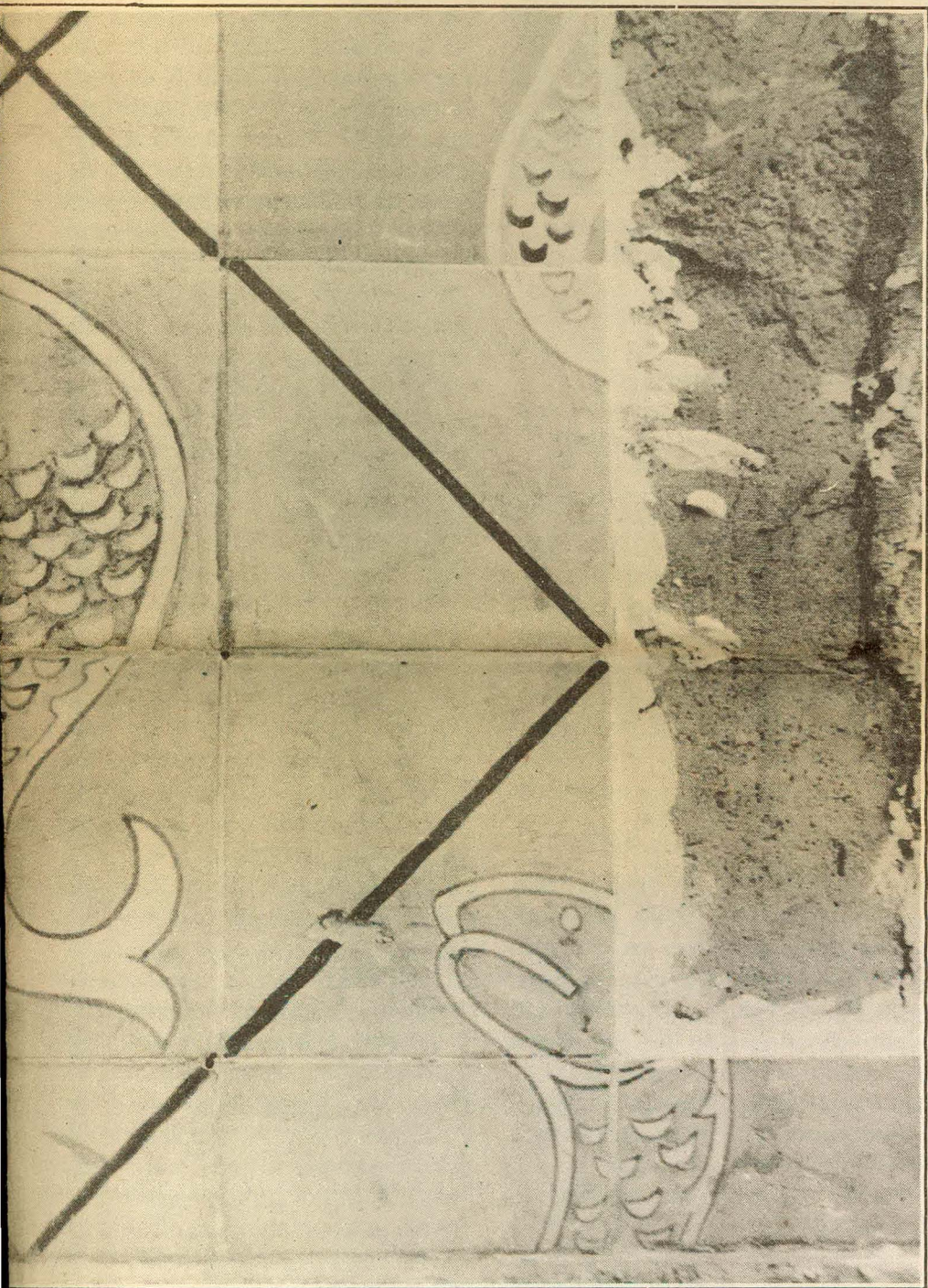
técnicos. Existem em desenvolvimento e implementação alguns projetos que poderão ser apreciados como estratégicos.

CORECON: Das entrevistas feitas até agora, algum aspecto interessante?

Lessa: É bastante curioso notar que a maioria dos entrevistados não toma conhecimento da baía de Guanabara. Uma cidade que tem

o Rio de Janeiro?

de orgulho. Prova disso é que, recentemente, uma estu-
 diosa de pesquisas de opinião alertou os candidatos
 promete uma reviravolta. E ela surge, entre outras formas, na
 implantação de um Plano Estratégico para a cidade.
 ial, a FIRJAN e a Prefeitura firmaram um acordo em novembro do ano
 passado para, através desse Plano,
 tempo de capital da República. Hoje, precisa ser repensado regionalmente.
 O Plano Estratégico não é um documento;
 da Cidade do Rio de Janeiro, conta, em entrevista concedida ao vice-presidente
 do Corecon, Luiz Antônio Elias,
 projetos de revitalização econômica. Para os idealizadores do Plano,
 a cidade apresenta uma postura indefinida
 inir o que quer ser através de um amplo entendimento de sua cidadania.



de Janeiro. Agora em restauração, mas por muitos anos abandonado

como lâmina d'água a extensão da
 baía deveria estar voltada para ela. A
 atenção da cidade está inteiramente
 voltada para suas praias oceânicas.
 Isso sem falar na baía de Sepetiba
 com imenso potencial econômico que
 está completamente ausente de nos-
 sas vistas. E existem outros pontos
 mais preocupantes, como a falta de
 interesse para o setor industrial. Os
 nossos entrevistados defendem o Rio
 como pólo cultural e turístico ou

mesmo um centro de serviços avan-
 çados. Mas quase ninguém fala em
 indústria. É como se tivéssemos
 retirado a indústria das nossas
 potencialidades.

**CORECON: A atividade na-
 val e de comércio exterior é de
 alguma forma considerada?**

Lessa: Não. E esse é outro setor
 que poderia estar sendo bem melhor
 aproveitado pela cidade. A

potencialidade do Rio como um
 entreposto deveria ser vista como
 ação estratégica. O porto de Sepetiba,
 através de um investimento muito
 pequeno, pode ser transformado em
 um porto graneleiro e exportar algo
 como um milhão de toneladas de
 grãos do Brasil Central. Entre as
 atividades urbanas do Rio está o pólo
 da moda. Quase metade dos estabe-
 lecimentos industriais da cidade
 gravitam em torno da moda. O Rio
 foi no passado um pólo nacional de
 moda. Hoje começa a perder esse
 lugar para Fortaleza, São Paulo e
 Belo Horizonte.

**CORECON: Existem projetos
 que enfocam a revitalização
 dessas atividades?**

Lessa: Há pouca preocupação
 em estruturar qualquer projeto que
 possa levar a ações de fortalecimen-
 to da cidade do Rio de Janeiro ao
 ponto de colocá-la competindo com
 as demais cidades do país e da Amé-
 rica Latina. Isso é decisivo para o
 nosso futuro, porque a questão do
 emprego gravita associada a consoli-
 dar e desenvolver essas vocações
 existentes dentro do nosso tecido
 urbano.

**CORECON: Como o Plano
 Estratégico irá conseguir atrair o
 interesse da população e dos
 formadores de opinião?**

Lessa: Os catalães consideram
 que o Plano estratégico deva dar uma
 imensa importância ao marketing.
 No caso de Barcelona, eles traçaram
 uma estratégia de marketing extre-
 mamente sofisticada. Nós estamos
 esperando, no início de agosto, a
 visita de um expert em marketing que
 integrou o grupo de Barcelona na
 elaboração do Plano Estratégico. Ele
 vai nos relatar a sua experiência catalã
 e depois disso nós iremos fazer uma
 adaptação para a realidade carioca.
 Nesse primeiro momento, a preocu-
 pação é colocar a cidade do Rio
 como centro de discussão nos diver-
 sos espaços em que a sociedade civil
 carioca esteja organizada. E das
 diversas incursões que já fizemos,

levando a idéia do Rio como uma
 cidade a ser pensada, nós percebe-
 mos que existe hoje uma percepção
 de que a cidade atravessa uma
 conjuntura de crise e começa a
 nascer um embrião de consciência
 regional. O caldo de cultura está
 preparado. O Plano Estratégico é
 que deverá lançar mão de todos os
 expedientes possíveis para marcar
 bem essa discussão.

**CORECON: Que tipo de
 marketing vocês já estão
 usando?**

Lessa: Além dos contatos pes-
 soais em seminários e entrevistas,
 nós lançamos um boletim bimestral,
 e estamos preparando uma mala
 direta que deverá chegar a doze mil
 lideranças do Rio. Através dela,
 essas pessoas receberão informações
 de tudo o que esteja acontecendo
 com o Plano Estratégico. Nós temos
 também um texto de quase trinta
 páginas, com tabelas, intitulado "Rio
 Sempre Rio", fazendo uma leitura
 sobre a cidade, pegando os mais
 variados ângulos de observação das
 potencialidades da cidade. O texto
 não tem sugestões estratégicas, mas
 prepara as pessoas para discutirem o
 futuro da cidade. Esse texto nós
 iremos publicar, em breve, trinta mil
 exemplares, com semana de lança-
 mento, etc.

**CORECON: A sociedade terá
 participação direta no Plano?**

Lessa: Essa é toda a nossa
 expectativa. A própria metodologia
 do Plano tende a engajar os diversos
 setores sociais no processo. Em sua
 maior instância o Plano terá um
 "Conselho da Cidade", um fórum de
 umas 300 pessoas que irá se pro-
 nunciar sobre os projetos da cidade.
 Esse fórum só tem valor moral. Mas
 deve ser composto, fazendo com que
 estejam juntos o empresário, o
 reitor, o líder sindical, o líder reli-
 gioso, o intelectual sofisticado, o
 homem de bairro. Enfim, ele deve
 ter uma composição que reflita
 em seu microcosmo a variedade da
 cidade.

CORECON: Quando o Conselho da Cidade estará formado e em atividade?

Lessa: No segundo semestre deste ano.

CORECON: Esse grupo irá receber os projetos e optar por eles?

Lessa: Isso. Agora, não tem muita importância que os técnicos do Plano descubram esta ou aquela vocação para o Rio. O importante é que os cidadãos identifiquem essas diversas potencialidades, acreditem nelas e explicitem o projeto que eles julguem estratégico, de maneira que ele seja executado. Toda a metodologia do Plano se move na direção de fazer com que os atores sociais se pronunciem sobre a cidade e exijam melhorias para ela. Para isso há uma suposição básica: se as pessoas tiverem conhecimento e forem consultadas, elas são capazes de coletivamente encontrarem respostas.

CORECON: Os projetos já existentes sobre o Rio estão sendo levados em conta?

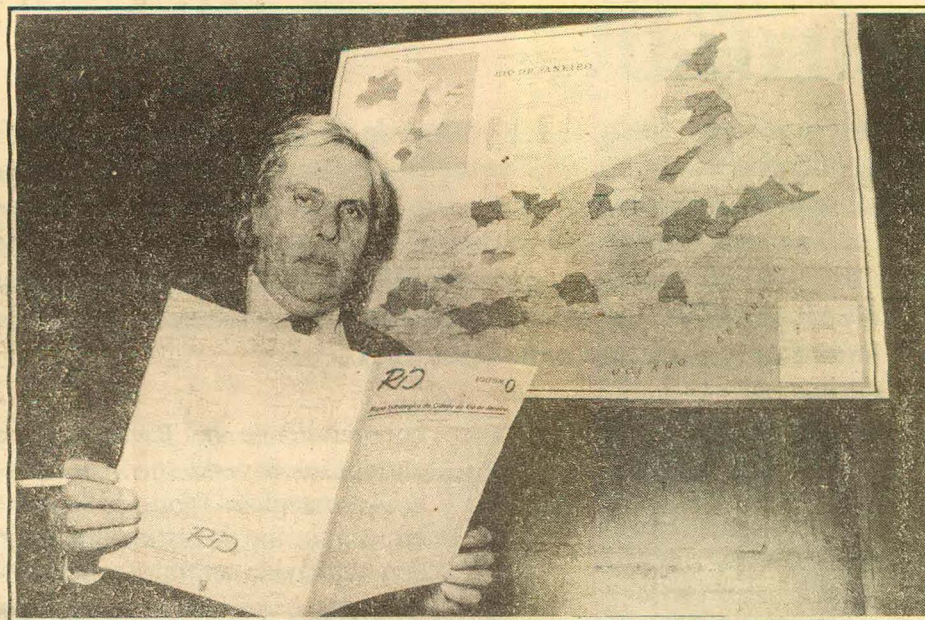
Lessa: Há um esforço de fazer um levantamento dos projetos em todas as instâncias legislativas e executivas e na iniciativa privada.

CORECON: Quantos projetos para o Rio de Janeiro existem hoje já elaborados formalmente?

Lessa: Dos que foram catalogados por nós até agora, entre projetos estaduais, municipais e de iniciativa privada existem, por baixo, uns 50.

CORECON: O papel do Plano Estratégico é então dar subsídios para que a sociedade se pronuncie?

Lessa: Exatamente, é estimular as pessoas a definirem o que é estratégico para o Rio e o que é prioritário. Um exemplo deste reaciocínio: todos dizem que o Rio tem vocação turística. Isso é um motivo de orgulho para os moradores da cidade, é uma imagem histórica, o Rio é um objeto de desejo mundial. Também todos concordam que o turismo gera uma série de empregos, o que é excelente para a nossa economia. Mas nós não estamos atentos à vocação turística dessa cidade. O símbolo mais forte do Rio de Janeiro é o Cristo Redentor. A estrutura de recepção para os turistas de um dos maiores cartões postais da cidade é degradante. Não existem banheiros adequados, o comércio local é de péssima qualida-



"O Rio tem uma imagem de paraíso tropical no inconsciente coletivo das pessoas. E violência em paraíso não existe. Temos que mudar a imagem da cidade"

de, um deficiente físico ou um idoso não consegue galgar aquela escadaria, o trânsito é péssimo. Por que o Corcovado não tem uma infra-estrutura de acordo com a importância do monumento?

CORECON: O que poderia ser feito nesse caso?

Lessa: Se a cidade tomar consciência disso e exigir melhoras, elas terão de acontecer. Poderia se abrir concorrência para a exploração da base do Cristo, diversas empresas se interessariam, pois é um investimento de lucro certo.

CORECON: Mas nem todas as questões são assim fáceis de se resolver.

Lessa: Uma que é complicadíssima é o abandono do centro do Rio de Janeiro. O centro hoje é tratado pelos moradores da zona norte e zona sul como porta de passagem de um extremo a outro. O Carioca se percebe carioca nas praias, nas florestas e no centro da cidade, onde se encontram seus prédios mais importantes. Não há nada mais importante, do ponto de vista urbanístico, do que o centro do Rio. No entanto, ele está enfraquecido. A população do centro do Rio está caindo. Isso porque a legislação urbana proíbe a construção residencial ali. Como consequência, acabou a jornada de trabalho, a área fica deserta e propensa a muita violência. Os equipamentos culturais do centro são prejudicados

por isso. A população residente dá vida ao comércio local, dá colorido. É uma coisa importantíssima para a cidade autorizar a construção de prédios residenciais em seu centro. Já há um ante-projeto de lei na Câmara dos Vereadores para isso. Como os moradores não tomam conhecimento dessa questão, a prioridade dos vereadores para a aprovação desse projeto é reduzida.

CORECON: Os bairros tradicionais do Rio estão perdendo moradores para bairros em grande desenvolvimento como a Barra da Tijuca. Como o sr. analisa esta situação, do ponto de vista do que é estratégico para a cidade?

Lessa: De 1980 até 1991, a maior parte dos bairros cariocas perderam população em termos absolutos. Ao mesmo tempo que explodiu a população na Barra da Tijuca, Jacarepaguá e zona Oeste. É muito importante que bairros como Santa Cruz e Campo Grande prosperem. Mas isso não é compatível com a degradação da cidade tradicional. Estão construindo onde não há infraestrutura, e há despovoamento relativo onde há toda uma rede pronta a atender às pessoas. Mas são os cidadãos cariocas que devem decidir isso. Outro ponto questionável é a baía de Guanabara. Nós vamos partir para a sua reconquista ou vamos ficar de costas para ela? Há um programa de despoluição da baía que está mais voltado para a questão do saneamen-

to. Mas, do ponto de vista econômico, não há discussão sobre o assunto. O cidadão tem de saber a potencialidade da sua região para avaliar o que é ou não estratégico para ele. Ele precisa pensar a sua cidade.

CORECON: E o Plano Estratégico pretende pensar o Rio somente sobre o prisma econômico?

Lessa: Não. Nosso leque é muito mais amplo. Nós queremos discutir se é estratégico a legislação proibir que um bar de Vila Isabel coloque um violonista tocando Noel Rosa, porque esse bar não está autorizado a ter música ao vivo. O Rio transpira musicalidade. Tolher a possibilidade de se ter música nos quatro cantos da cidade favorece em que a imagem da cidade? Poderíamos ser a única cidade do mundo com música em suas praças nos fins-de-semana. Em Barcelona, o Plano Estratégico tornou possível a realização das Olimpíadas naquela cidade. Ela criou fama de moderna e alegre e realmente se tornou uma cidade assim. O Rio não pode se aproveitar da sua fama de povo amável, musical e ainda por cima dançante? Queremos também discutir se o Rio está preparado para uma população mais idosa. Se o Rio de Janeiro for atento a seus idosos, aos seus deficientes físicos, ele pode ser uma cidade que lidere um movimento de civilidade no país. E, pensando economicamente, o idoso é um excelente consumidor. Se a luta é para atrair turistas, o idoso é um turista que gasta muito. E pode se tornar um turista permanente.

CORECON: E como fica a imagem de cidade violenta?

Lessa: O Rio de Janeiro tem uma imagem de paraíso tropical. Um lugar de beleza ímpar que reúne motanha e mar. A violência do Rio existe porque o Rio se tornou uma metrópole, com um agravante de ter os núcleos sociais muito misturados. A violência de uma metrópole como Chicago não causa polêmica porque a imagem de Chicago é de uma cidade violenta. Como uma orgia em Paris não tem o mesmo impacto do que se tivéssemos notícia similar no Vaticano. Não existe violência em paraíso. Mas o Rio sempre terá violência, devido à sua condição de metrópole. O que temos que rever é a nossa imagem. O Rio de Janeiro ainda é um lugar belo, divertido, um lugar de piadas e de festas. É esse lado que nós, cariocas, temos de enfatizar. O lado bom da nossa cidade.

Nova moeda completa um mês em circulação

José Claudio Ferreira da Silva

prof. de mestrado de Economia Empresarial na Cândido Mendes

"O primeiro mês de um plano econômico é sempre de retração do mercado. Isso torna qualquer avaliação nesse mês precipitada. Porém, tudo indica que houve uma redução do valor real da massa de salários, causada pelo aumento abusivo dos comerciantes durante a segunda quinzena de junho.

O governo conseguirá manter baixa a inflação pelos próximos dez meses, obtendo sucesso no que se propôs a fazer. Existem reservas para isso. Depois, tudo irá depender do processo eleitoral que começamos a atravessar."

Pedro Luiz Motta Veiga

diretor geral da Funcex -
Fundação do Centro de Estudos do Comércio Exterior

"Até agora o plano do governo tem sido um sucesso. O Banco Central praticou uma política, abrindo um *spread* grande entre as taxas de câmbio. Com isso, o governo consegue desestimular a entrada maciça de capitais. A taxa de câmbio está sendo regulada por uma atitude administrativa do plano e não para intervir no comércio exterior. A grande pergunta é até que ponto isso pode afetar as exportações.

Até dezembro, a taxa de câmbio fixa não causará problemas aos exportadores, pois o governo conseguirá manter a inflação em baixa, o que permite que a sobrevalorização da moeda não se torne um transtorno para esse setor. A sobrevalorização é pequena e está sendo compensada, entre outros fatores, por ganhos constantes de produtividade e redução nas alíquotas de importação. Isso permite a compra de insumos mais baratos."

Álvaro Vini

professor de Economia Internacional da USP

"Como primeiro mês, o cronograma está indo bem. A área cambial é uma das mais tranquilas. Há muitas reservas e as taxas de juros lá fora estão baixas. O problema não está no câmbio, mas na proximidade de um período eleitoral e na existência de uma moeda indexada contínua com a permanência dos fundos. O governo disse que os fundos iriam mudar, mas nada ocorreu. O programa ainda terá problemas de controle monetário."

Após um mês de existência da nova moeda, este Informe abre espaço para avaliação de alguns economistas sobre o Plano Real e suas conseqüências. Dos profissionais consultados, todos foram categóricos em afirmar que o governo conseguirá manter a inflação em baixa até o final do ano sem muitos problemas, salvo algumas complicações que deverão surgir à época de negociações salariais de categorias mais organizadas. Os economistas julgam que, em um mês, pouco há para ser analisado, mas acreditam que o quadro refletido até agora na economia deverá ser o mesmo até a sucessão presidencial. A maior preocupação dos críticos ao plano continua a ser a falta de regras claras para contratos sociais e um possível descontrole nas exportações.

Luiz Carlos Prado
vice-diretor da Faculdade de Economia da UFF

"O comportamento dos preços é ainda de ajuste - os preços tendem a cair - e a inflação pós-real é baixa. O ponto preocupante é a valorização do real, que pode vir a significar o encarecimento das exportações brasileiras. Também as altas taxas de juros acabam por atrair o capital estrangeiro, o que contribui para afetar as exportações. A equiparação entre o dólar e o real também é bastante questionável, se considerarmos os salários praticados lá fora."

João Sabóia
coordenador de Pesquisas do IEI - UFRJ

"Desde março os salários foram convertidos para URV. Nesses quatro meses, a URV atrasou-se em relação à inflação. Houve com isso uma perda salarial de 2% ao mês. Em compensação, houve um pequeno ganho na conversão para o real. De maneira que esse período é neutro como efeito global.

O problema é que o poder de consumo é limitado e, em um ambiente de baixa inflação, isso se torna mais claro. Antes, o pouco poder aquisitivo da população ficava mascarado e a inflação era a maior culpada de não permitir o planejamento de compras. Sem inflação, iremos assistir a uma acirrada negociação de aumentos entre as categorias mais fortes. Isso deve ocorrer já em setembro, no dissídio do setor petrolífero. O governo deverá incentivar taxas de juros para reter o consumo desenfreado e, até 15 de novembro, irá jogar muito duro para segurar aumentos nos setores público e privado. Depois, somente o quadro eleitoral nos dar ao caminho que iremos seguir."

Eduardo Amadeo

professor de Economia da PUC

"O primeiro mês está caracterizado por inflação baixa e pequenas perdas salariais. Mas tudo indica que entre junho e julho, nas chamadas fases II e III do plano, assistiremos a perdas salariais consideráveis.

O plano do governo tem ainda sérios problemas de inconsistência da inflação nos primeiros meses com uma meta muito ambiciosa de desindexação dos contratos sociais, como o caso dos alugueis."

Rubens Cisne

diretor de pesquisa da Escola de Pós-Graduação da FGV

"A meta da questão monetária, colocada pelo governo, é restritiva. Ela deveria ter sido sobre M4, o que possibilitaria condições operacionais melhores para que o Banco Central pudesse parar de conferir liquidez primária aos fundos de curto prazo.

Como a meta foi colocada em função da base monetária, a operacionalização correta dos instrumentos de política econômica, tendo como objetivo controlar a inflação, fica muito dificultada. Isto porque, se o Banco Central decide parar de conferir liquidez primária aos fundos - o que faz hoje em dia através de juros -, os limites impostos à base de R\$ 7,5 bilhões em 30/09/94, R\$ 8,5 bilhões em 31/12/94 e R\$ 9,5 bilhões em 31/03/94, respectivamente, tornam-se demasiadamente restritivos.

Por outro lado, se o Banco Central continua operando de forma não clássica, tentando fixar a taxa de juros, tendo como base as expectativas inflacionárias, a liquidez conferida através desse procedimento a outras moedas, que não os meios de pagamento, torna esses limites inoperantes.

Paulo Nogueira Batista Jr.
FGV de São Paulo.

"O chamado Plano Real não é um plano de reformas estruturais e não contém nem mesmo as iniciativas suficientes para o combate duradouro à inflação. O governo fez algumas coisas que são realmente necessárias. Promoveu uma ampla, embora incompleta, desindexação da economia, inclusive dos salários, e fez a estabilização de uma série de preços fundamentais: taxa de câmbio, tarifas e preços públicos, impostos e desindexou contratos, como os alugueis. Com isso, o governo eliminou grande parte da inflação a curto prazo.

Mas para que esta estabilidade se sustente é preciso mudar radicalmente a estratégia de tratamento das contas públicas e as regras que regem a criação de moeda na economia, e isso não foi feito. Uma crítica ao plano, no entanto, tem de reconhecer o valor que a população atribui à estabilidade, ao mesmo tempo que deve alertá-la para o risco de que esta estabilização não esteja bem alicerçada e que não esteja atacando as causas fundamentais da inflação."

Simão Silber
professor da USP

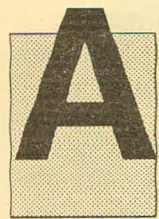
"A grande virtude do plano é não ter cometido violências no que havia sido acordado entre os agentes da economia. Isso trouxe tranquilidade ao mercado. Por mais que se procure críticas ao plano, não existe nada contundente. A curto prazo, o resultado será muito bom. A taxa de inflação continuará em baixa até o final do ano. Depois disso, além do panorama político, o plano só será possível mediante uma reforma constitucional.

O Plano Real está apoiado em três âncoras: cambial, salarial e de tarifas e preços públicos. Estes não deverão ser reajustados a curto prazo. Mas a reivindicação salarial, principalmente as que irão ocorrer agora em setembro nos setores petrolífero e metalúrgico, é preocupante. Os petroleiros já divulgaram interesse em um reajuste salarial na ordem de 54%.

Se o governo ceder em qualquer aumento agora, acabaria com o plano. Não existe milagre há ser feito. Os salários tiveram uma perda de 15% na passagem para o real. Se pensarmos em recompor isso, será desencadeada a velha guerra de preços e salários. Ajuste de salários só poderão ser feitos a longo prazo e sempre tendo em mente uma reforma da Constituição."

Vida longa para o Real

Márcio G.P. Garcia*



A âncora do real é uma âncora monetária, ao invés de uma âncora cambial, como existe hoje na Argentina. A opção pela âncora monetária foi feita pela inviabilidade de se prover conversibilidade num período tão conturbado como o atual período pré-eleitoral.

O QUE É UMA ÂNCORA MONETÁRIA?

Uma âncora monetária consiste da especificação de:

1) O agregado a ser controlado (o papel moeda, as reservas bancárias, os depósitos à vista, a base monetária, o M1, o M2, o M3, ou o M4);

2) A meta em termos **nominais** para tal agregado monetário;

3) O período (diário, semanal, mensal, trimestral) e a forma de cálculo (média dos saldos diários, saldo do final do período) para apuração da meta;

4) As medidas corretivas (e punitivas) no caso do não cumprimento da meta.

A MP 542 especifica em seu Artigo 4º que o Banco Central do Brasil fica autorizado a emitir até R\$ 7,5 bilhões (mais 20%) até 30/9/94; R\$ 8,5 bilhões até 31/12/94; e R\$ 9,5 bilhões até 31/3/95. Estes limites devem aplicar-se à base monetária (a soma do papel moeda emitido com as reservas bancárias) em seu conceito de média mensal, mas isso ainda não está claro. Nada há quanto ao item 4 acima.

QUAL O OBJETIVO DE UMA ÂNCORA MONETÁRIA?

Não existem grandes inflações sem grandes expansões monetárias. Assim, se a emissão monetária for mantida a níveis **nominais** bastante reduzidos, a inflação também será bastante reduzida. Portanto, a âncora monetária é uma garantia do governo de que o Banco Central (BC) não vai emitir moeda além de um limite bastante reduzido. Não há dúvidas que a reforma monetária de 1º de julho fez a inflação despencar. A âncora é importante para garantir que a inflação não recrudescerá após a queda inicial. Para isso, é imprescindível que a população acredite que o BC não se afastará de seu

compromisso de emitir moeda a níveis estritamente controlados.

ALGUMAS AMEAÇAS À ÂNCORA MONETÁRIA

A base monetária é um dos componentes do passivo do BC. Para que ela se expanda, ensina o sistema das partidas dobradas, é necessário que haja uma expansão de igual monta em itens no ativo do BC ou contração em itens do passivo. Os itens que mais preocupam o presidente do BC, Pedro Malan, por pressionarem a favor da expansão da base monetária, são: "o ingresso de recursos externos, as operações do Tesouro e a assistência financeira, especialmente aos bancos estaduais e oficiais" (Gazeta Mercantil, 20/6/94). Vejamos cada um destes três itens em separado.

problema causado pela entrada de capitais estrangeiros para comprar títulos do governo está no aumento do déficit público pelo pagamento de juros reais pantagruélicos. Embora o aumento do déficit público vá comprometer num segundo momento a capacidade do BC cumprir a meta monetária, no primeiro momento a entrada de capitais causa um aumento das reservas internacionais do BC, aumentando o "lastro" do real. As soluções para a excessiva entrada de capitais externos para serem aplicados em títulos da dívida pública interna estão nos controles de entrada de capitais (atualmente há um IOF de 5% que pode ser elevado), na hemiflexibilização do câmbio atualmente praticada e/ou na colocação direta de títulos do Tesouro no mercado internacional a taxas mais altas que

em grande parte legítima, por maiores gastos do governo. A questão aqui é eminentemente política e o próximo presidente terá certamente que encará-la de frente. O certo é que, sem disciplina fiscal o Plano Real não pode dar certo.

Os recentes clamores por reajustes dos salários do setor público (independentemente de seu mérito) podem vir a comprometer o equilíbrio orçamentário frágil do Tesouro. Mesmo que se consigam fontes de financiamento (maiores impostos, privatizações ou dívida pública) para os maiores salários do setor público, tais reajustes podem deflagrar uma onda de reivindicações salariais de categorias com dissídios próximos. Este efeito expectativas pode reavivar a indexação salarial, e isso certamente feriria de morte o Plano Real.

A assistência financeira aos bancos oficiais é a outra possível fonte de expansão monetária. Vários bancos oficiais deixaram de lado a boa norma bancária e expandiram suas operações de empréstimos para atender a pressões políticas. Até hoje esses bancos têm conseguido sobreviver graças à alta lucratividade que a inflação confere a eles. Sem o "float" algumas instituições oficiais não teriam condição de sobreviver. Se o BC não tiver a mão firme do governo para poder exigir dessas instituições as reformas necessárias, reformas essas pouco populares, não haverá meta monetária que se sustente. Esta última fonte de expansão é especialmente preocupante neste período pré-eleitoral, no qual o governo federal é particularmente suscetível a pressões políticas. No mercado, circulam insistentemente rumores que algumas grandes instituições estaduais estariam com sérias dificuldades de liquidez e solvência. Este será talvez o mais duro teste do recém-nato real. Tomara que o real não seja mais um caso das elevadas estatísticas de mortalidade infantil das moedas brasileiras. Para isso, o governo não poderá ter medo de tomar as medidas antipáticas e eleitoralmente impopulares necessárias garantindo uma infância sadia para a nova moeda. Vida longa para o real!

"Os recentes clamores por reajustes dos salários do setor público podem vir a comprometer o equilíbrio orçamentário frágil do Tesouro"

O ingresso de recursos externos expande a base monetária num regime de câmbio fixo. No caso atual, o governo preferiu deixar a taxa de câmbio se apreciar. Ou seja, acredita-se hoje que o regime cambial atual é flexível para baixo (apreciação), mas fixo para cima (o BC sempre vende dólares a R\$1). Caso, entretanto, o governo venha a intervir no mercado cambial também na ponta de compra (hoje em cerca de R\$ 0,93), o BC terá que emitir reais. Entretanto, esta fonte de expansão da base monetária é bastante diversa das outras duas. Isso porque o investidor estrangeiro não envia recursos para o Brasil com o fim de comprar reais. A finalidade é aproveitar as altas taxas de juros que o governo paga nos títulos da dívida pública interna. Assim, embora a entrada de recursos externos faça o BC expandir a base monetária, essa expansão é imediatamente seguida de uma contração referente à aquisição pelo investidor estrangeiro de títulos da dívida pública, geralmente através de intermediários financeiros. O grande

as internacionais mas mais modestas que as vigentes no país.

É nas outras duas fontes de expansão da base monetária que reside o grande desafio do Plano Real. O governo (Tesouro + BC) tem três formas de financiar seu déficit: atrasar os pagamentos: colocar dívida pública externa ou interna ou emitir moeda. Embora o déficit público (conceito operacional) tenha estado bem comportado nos anos recentes, é de se esperar que, sem as imprescindíveis reformas que a revisão constitucional deixou de fazer, tal situação mude para pior nos próximos anos. Os equilíbrios orçamentários recentes têm sido obtidos pela contenção dos desembolsos na boca do caixa, deixando-os sofrer a erosão inflacionária. Sem inflação, esse mecanismo desaparece e a situação fiscal piora. Também os serviços básicos prestados pelo estado - educação, saúde, segurança e vários tipos de infra-estrutura entre outros - têm piorado bastante, necessitando de maiores recursos no futuro próximo. Isso constituirá pressão fortíssima, e

* Professor do Depto. de Economia da PUC-Rio.

Sistema de Projeções Qualificadas

(4º bimestre: julho/agosto)

FBK / PIB

Os 11 técnicos que participaram do SPQ do CORECON projetam para este ano uma taxa de 15,6% para a formação bruta de capital em relação ao PIB, o que mostra que a economia nacional continua com pequena capacidade de investimento.

CONTAS DO GOVERNO

Apesar das mudanças introduzidas com a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), o Governo Itamar Franco fechará o ano com déficit operacional de 1,35% em suas contas, segundo projeções dos 11 analistas que participam do SPQ do CORECON.

DÓLAR COMERCIAL DÓLAR PARALELO

A oscilação da cotação oficial da moeda americana não deverá acompanhar as oscilações previstas para o mercado paralelo. Isto porque o programa econômico prevê a utilização da âncora cambial que "engessar" a cotação do dólar oficial em R\$ 1,00, na ponta de venda. Os analistas do CORECON, contudo, prevêem ligeira apreciação da moeda no paralelo, que fechará o mês de julho cotada em R\$ 1,01 e agosto em R\$ 1,02.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A produção industrial continuará em franca expansão este ano, de acordo com a projeção dos 11 economistas que participaram do SPQ do CORECON. Para julho, a taxa (anualizada) ficará em torno de 4,04% (queda residual em comparação com o mês anterior), atingindo 4,33% em agosto.

SUPERÁVIT COMERCIAL

As trocas comerciais do Brasil com o exterior continuarão superavitárias este bimestre, segundo os economistas do CORECON. Para julho, o

superávit previsto é de US\$ 1,2 bilhão, recuando ligeiramente (US\$ 1,1 bilhão) no mês seguinte.

PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto (PIB) do país continuará crescendo este ano. A estimativa dos 11 economistas que participaram do SPQ é de uma taxa de 3,47%. Este desempenho, entretanto, continuará menor que os 5% apurados no ano passado.

DESEMPREGO

A taxa de desemprego aberto continua estacionada em torno dos 6%, segundo projeções dos economistas do CORECON. De acordo com a avaliação dos 11 técnicos que participaram do SPQ, o nível de desemprego ficará em 6,46%.

INFLAÇÃO (R\$)

Os índices de inflação para o bimestre julho/agosto, face à nova realidade econômica, cairão sensivelmente. Para julho, os 11 economistas ouvidos pelo CORECON estimam uma taxa média de 4,63%, em virtude da "contaminação" causada pelo resíduo de junho. No mês seguinte, de acordo com as projeções do SPQ, a taxa recuará para 2,16%.

CÂMBIO

Em face ao plano econômico, o câmbio ficará congelado durante o bimestre julho/agosto.

JUROS

A taxa de juros real (descontada a TR do período) continuará evoluindo positivamente neste bimestre, segundo projeção dos 11 economistas que participaram do SPQ do CORECON. O Banco Central manterá, portanto, a política de taxas altas, com o objetivo de evitar a explosão do consumo e a formação de estoques especulativos. Em julho, os juros deverão ficar em 3,8%, recuando um

SISTEMA DE PROJEÇÕES QUALIFICADAS 4º bimestre/94 - Indicadores Econômicos

	JULHO		AGOSTO	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Inflação (%) (R\$)	4,63	1,4	2,16	1,3
Taxa de Juros Real (%) (descontada a TR do período) (sob títulos públicos)	3,80	2,1	2,82	0,7
Taxa de Câmbio (%)	0	0	0	0
Dólar Paralelo (*)	1,01	0,0	1,02	0,1
Dólar Comercial	1,00	0,0	1,00	0,0
Produção Industrial (%) (anualizada)	4,04	0,9	4,33	1,0
Superávit Comercial (US\$ 1.000.000.000)	1,20	0,4	1,12	0,4

	(1994 / 1993)	
	Média	Desvio Padrão
Produto Interno Bruto (%)	3,47	0,7
Taxa de Desemprego (IBGE) (%)	6,46	1,2
FBK / PIB (%)	15,68	2,8
Contas Governo / PIB (%) (**)	Déficit	-1,35
	Superávit	-

(*) Cotação do dólar no último dia do mês

(**) Resultado operacional

pouco no período posterior, fechando agosto em 2,82%.

OBSERVAÇÕES

- 1) As projeções foram realizadas entre os dias 16 e 29 de junho.
- 2) Todas as projeções refletem a média de opinião dos economistas ouvidos pelo CORECON.
- 3) Como fonte de indicadores passados, presentes e futuros foram utilizadas as informações do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo;

da Andima; da Fundação Getúlio Vargas; da Fipe; do IBGE; e do Banco Central.

4) Economistas consultados: Francisco de Assis (Banco Marka); Rodrigo Quental (CVRD); José Eduardo Pereira (BNDES); Célio Lora (Lora e Associados); Cláudio Contador (IPEA); Túlio Duran (UFRJ); Flávio Castelo Branco (CNI); Sérgio Werlang (FGV); José Claudio Ferreira da Silva (IPEA); Uriel Magalhães (UM Consultores); e Gil Pace (GPC Consultores).

O Pensamento de Ignácio Rangel

1º Simpósio Nacional

11

Anação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida sua missão. Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra caminham para uma comunidade única, para "Um Mundo Só". Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis

de solução dentro dos marcos nacionais. Mas não antes disso. O "Mundo Só" não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos".

O Pensamento de Ignácio Rangel será o título e o fundamento dos temas do 1º Simpósio Nacional promovido pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, entre os dias 15 e 17 de agosto, no campus da própria Universidade, em Florianópolis.

O objetivo do Simpósio é propiciar a discussão das idéias de Rangel sobre a formação social brasileira, inflação, crise e soluções, além de contribuir para o enriquecimento do conhecimento da realidade econômica, social e territorial e definir políticas e ações relativas à situação problemática brasileira.

Os trabalhos serão desenvolvidos em mesas redondas, comunicações livres e depoimentos, envolvendo os seguintes eixos temáticos: a trajetória intelectual de Rangel; a Formação

Social Brasileira (ressaltando as dualidades básicas de sua economia, a história e o estudo do desenvolvimento); o Neoliberalismo, Planejamento e Saída da Crise; e Crise, Inflação e Privatização.

As inscrições deverão ser enviadas ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC e outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (0482) 31-9412 do Campus Universitário - Trindade - Florianópolis - Santa Catarina.

V Encontro Brasileiro-Argentino

Para profissionais de Administração, Contabilidade e Economia

O V Encontro Brasileiro-Argentino de Profissionais de Administração, Contabilidade e Economia acontecerá nos dias 6, 7 e 8 de agosto no Centro de Convenções do Parque Barigüi e no Hotel Paraná Suíte, em Curitiba, Paraná, Brasil.

O Encontro, promovido pelos Conselhos Regionais de Administração, Contabilidade e Economia do Paraná, possui como tema central a regulamentação e harmonização das profissões diante da integração da Economia dos dois países em função do Mercosul. Entre os vários tópicos de discussão estarão as perspectivas futuras da Balança Comercial entre Brasil e Argentina, em relação aos blocos econômicos e suas possibilidades para o desenvolvimento, a questão da pequena e média empresa no Mercosul, e os resultados dos programas de estabilização no Brasil e na Argentina para os projetos de investimento.

MAIORES INFORMAÇÕES

No Brasil:

Conselho Regional de Economia do Paraná
Rua Nicolau Maeder, 89 - Curitiba - Paraná
Tel (041) 252-7174 e 252-7446.

Na Argentina:

Consejo Profesional de Ciencias Economicas Del Chaco
C Pellegrini, 212 - Resistencia
Tel (0722) 20345/29803 e 3500.

XXII Encontro Nacional de Economia

A Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC - estará promovendo nos dias 13 e 16 de dezembro de 94, o XXII Encontro Nacional de Economia em Florianópolis - Santa Catarina.

Os profissionais interessados em inscrever trabalhos deverão enviar o original, até o dia 15 de agosto, para o coordenador da área em que o tema do estudo se encaixa e uma cópia para a Secretaria Executiva.

Os temas de trabalho, divididos em quatro áreas, são: Macroeconomia, Macroeconomia Aberta e Economia do Setor Público - na área 1; Comércio Internacional, Economia Industrial, Economia da Tecnologia e Economia do Trabalho, na área 2; Economia Regional e Urbana, Economia Agrícola, Economia do Meio Ambiente, Demo-

grafia Econômica e Economia da Energia, na 3; e História do Pensamento Econômico, Economia Política, Teoria Econômica, Metodologia Econômica e História da Economia, na 4.

A apresentação dos textos deve seguir o padrão determinado pelos organizadores do encontro. A fonte de caracteres deve ser courier no tamanho 12, com 40 linhas por página e 70 toques por linha, e a impressão deve ser em negrito.

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria da ANPEC - USP e nos centros filiados.

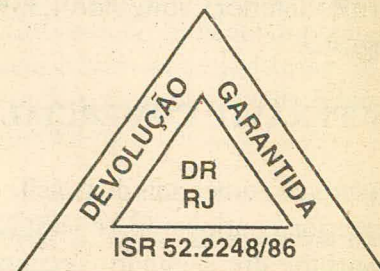
No Rio de Janeiro, esses centros são: EPGE / Fundação Getúlio Vargas, PUC-RJ / Pontifícia Universidade Católica, UFF - Universidade Federal Fluminense, UFRJ / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INFORME

CORECON

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 10.08.94